

Ameaça à liberdade: E. M. Forster e a censura na Inglaterra das décadas de 1920 e 1930

Wendell Ramos Maia – UEM

Introdução

O clima belicoso que caracterizou o período anterior se arrefeceu na década que se seguiu ao fim do conflito. Mas as mudanças provocadas por ele demorariam a ser completamente absorvidas — especialmente por E. M. Forster. Se o conflito pretendia resolver pendências, nisso ele falhou. No próprio decorrer da guerra os motivos para continuá-la modificaram-se inteiramente. As rivalidades que levaram as potências europeias a beira do abismo em 1914, praticamente foram ignoradas ao longo de seu curso, dando lugar a outras. A França prosseguiu por questão de sobrevivência, assim como a Sérvia e Rússia, porque tinham sido invadidas. O Império Turco e Austro-Húngaro tinham apenas a alternativa da guerra ou do colapso interno. A Alemanha se esforçava para impedir que a Rússia avançasse sobre seu território antes de ter derrotado franceses e ingleses no *front* ocidental (THOMSON, 1963, p.57).

Se o próprio curso da guerra se modificou ao longo de seu desenvolvimento, seus resultados se mostraram ainda mais imprevisíveis. Quando, em 1917, a Rússia, enfrentando dissensões internas, assinou o Tratado de Brest-Litovsk e os Estados Unidos entraram na guerra ao lado dos aliados, houve uma completa transformação da natureza da guerra, que definiu não apenas o seu resultado, já que peso da participação americana assegurou a vitória ocidental, mas também as condições para o triunfo do ideário e das instituições democráticas de uma maneira que os participantes, em 1914, não pretendiam (1963, p.58).

As consequências não demoraram para serem sentidas, especialmente na Inglaterra. Durante a uma década que se seguiu ao fim do conflito, ele se sentia inseguro, dada a imprevisibilidade daquele mundo ameaçado pela ideia

de uma revolução comunista, pela crise econômica e pelo avanço do fascismo. Tinha dificuldades para assimilar as mudanças em curso e achava que tudo estava acabado — em carta a seu amigo indiano, Syed Massod, de 29 de dezembro de 1915, ele escreveu: “Tudo com o que eu me importo na civilização se foi para sempre e eu estou tentando viver sem novas esperanças ou medos” (FURBANK; LAGO, 1983, p.232-233). Havia uma sensação de ruptura irreversível. E o próprio Hobsbawm o admite: “Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos — inclusive a geração dos pais deste historiador, ou pelo menos de seus membros centro-europeus — se recusavam a ver qualquer continuidade com o passado. ‘Paz’ significava ‘antes de 1914’; depois disso veio algo que não merecia esse nome” (HOBBSAWM, 2011, p.30).

As transformações sociais e as dificuldades econômicas geradas pelo conflito criaram um cenário novo com o qual ele sentia imensa dificuldade de se adaptar. Mas, em fins da década de 1920, ele começou a perceber que as coisas tinham ido longe demais. É daí que surge uma consciência de que o demoveu e que o fez sair de sua torre de marfim, como frisou Wilfred Stone (1966, p.351). Se antes ele criticava alguns aspectos e vícios de sua sociedade em seus romances de maneira velada, agora ele falava abertamente deles. Se antes ele ignorava a política, agora ele não parecia propenso a fazê-lo — “personagens não podem vir à vida, lutar ou guiar o mundo” (FORSTER, 1987, p.150-151), como ele escreveu, em 1943, em seu *Commonplace Book*. E essa sua reação é um reflexo da maneira, como escreveu Virginia Woolf, ele era “extremamente suscetível a influências de seu tempo” (WOOLF apud BEUAMAN, 1993, p.285). A crise que se seguiu após a publicação *Howards End* parecia ser apenas uma coisa momentânea, no entanto, com o passar dos anos e adentrando a década de 1920, ele começou a perceber que as coisas eram muito mais sérias e complexas do que pareciam à primeira vista. Não era um mero bloqueio criativo, mas um completo distanciamento da ficção. Não era uma apenas crise de ansiedade gerada pelo sucesso repentino de seu último livro, porque nenhuma ansiedade dura tanto tempo, mas o



10.4025/6cih.pphuem.248

começo do fim de sua carreira como escritor profissional e o início de uma outra.

Ameaça à Liberdade: a censura e autoritarismo na Inglaterra entre as décadas de 1920 e 1930

Quando, em 10 de maio de 1940, Hitler iniciou a guerra no Ocidente, com a invasão da Holanda, e depois da França, Winston Churchill se tornava o Primeiro-Ministro da Inglaterra, pondo fim a uma crise que sacudia Londres havia dias. Ele assumiu com plenos poderes em uma situação crítica e delicada, e que só piorou nos meses que se seguiram. Sua situação era frágil, embora sua determinação em evitar o colapso de seu governo não o fosse. De todo, nos meses que se seguiram, quando a Alemanha esteve muito próxima de vencer a guerra, e praticamente durante todo o conflito, ele foi mais do que o Primeiro-Ministro, ele era uma espécie de “ditador virtual da Inglaterra,” comandando o governo, os chefes das forças armadas e o Parlamento, como frisou Lukacs. “Harold Nicholson [marido de Vita Sackville-West, amiga de Virginia Woolf] escreveu em julho que ‘o domínio de Winston sobre a Câmara é algo que nem Lloyd George [na Primeira Guerra Mundial] jamais conseguiu.” Ele era o “ditador no sentido antigo da palavra, original da palavra, romano da palavra: o homem em quem se depositam em confiança grandes poderes em momentos de grande emergência nacional” (LUKACS, 2002, p.157). A situação o exigia. As decisões tinham de ser centralizadas, já que a guerra era total. Tinham de ser centralizadas, ainda que isso significasse um total recuo ou perda das liberdades individuais naquele momento, como E.M.Forster frisou em uma de suas transmissões na B.B.C., intitulada *WhatwouldGermany do tous?* [O que a Alemanha pode fazer conosco?]:

Durante este século, o escritor, e artista em geral, tem trabalhado [enfrentando] dificuldades que se avolumam; leis difamatórias os afetaram de maneira injusta, assim como uma censura dramática. E desde o último setembro [de 1939], as coisas pioraram muito devido

às regulamentações necessárias para a defesa do Reino” (1951, p.39).

No entanto, essas ações centralizadoras não foram uma característica exclusiva dos anos de guerra. Essas práticas eram recorrentes havia anos, sendo que muitas delas foram postas em prática pela primeira vez durante o conflito de 1914-1918. E, na verdade, mesmo quando Lloyd George, primeiro-ministro britânico voltou de Paris, após os alemães terem assinado o Tratado de Versalhes, muitas dessas medidas ainda estavam em vigor por força das circunstâncias. Os esforços para reestruturar a sociedade inglesa e sua economia o exigiam. A ideia, por assim dizer, era fazer com que a Inglaterra voltasse aos padrões de 1914. No entanto, isso não era mais possível. Antes de 1914, a Grã-Bretanha era um país rico, se afirmava. A riqueza, acreditava-se, voltaria sozinha, uma vez eliminados os mecanismos de controle impostos durante do conflito. E assim, foi suspenso o controle de preços, de matérias primas e do comércio externo, no entanto, o efeito foi o contrário do esperado, além de devastador: com a ausência disso, os preços subiram duas vezes mais rápido em 1919 do que nos piores anos da guerra (TAYLOR, 1989, p.137; PUGH; 2012, p, 177).

Durante a guerra esse intervencionismo pode ter se tornado extremado, mas ele não era inédito. Mesmo a Inglaterra, onde a tradição liberal e democrática sempre foi extremamente forte, não ficou imune ao avanço da censura e de um certo grau de autoritarismo e intervencionismo por parte do Estado, mesmo ao longo das décadas de 1920 e 1930. Um caso explícito se deu quando da aprovação da Lei de Sedição, em 1934, a qual foi duramente criticada por E.M.Forster. E o *Conselho para a Liberdade Civil* foi o canal utilizado por ele para se contrapor a essa, dentre outras medidas que visavam impor algum tipo de censura na Inglaterra. Virginia Woolf, em 17 de outubro de 1934, escreveu em seu diário: “E o Morgan, depois do chá, falou sobre o Conselho para a Liberdade Civil, que se reúne amanhã” (WOOLF, 1987, p.261). A pauta era justamente a *Lei de Sedição*, que pretendia cercear e limitar a circulação de revistas que divulgavam o comunismo entre as forças



10.4025/6cih.pphuem.248

armadas. Em seu discurso no *Congresso Internacional dos Escritores*, em Paris, no ano seguinte, ele discorreu sobre isso:

Nos últimos tempos, o golpe mais escancarado contra a liberdade de expressão na Inglaterra foi a Lei de Sedição (...). Seu nome oficial é *Lei de Incitação à Deserção* [IncitementtoDesaffectionAct] e foi aprovada no ano passado (...). Houve fortes protestos contra ela, os quais foram mal reportados quer pela imprensa ou pela *B.B.C.* No entanto, os protestos não foram sem efeito, afinal, as cláusulas mais perigosas do projeto original foram retiradas (...). [Nessa conjuntura,] o público está ligeiramente intimidado, determinado a salvar sua pele e, por isso mesmo, faz menos, diz menos, e pensa menos do que o normal. Esse — em vez de o exercício efetivo da lei — que é o perigo verdadeiro. Uma censura psicológica está se estabelecendo (FORSTER, 1946, p.64-65).

Há que se destacar que a crítica de E. M. Forster à aplicação dessa lei se centra na censura e não no fato dela limitar o acesso das forças armadas a qualquer material cujo conteúdo discutia ideias marxistas — “o golpe mais escancarado contra a liberdade de expressão na Inglaterra.” Importante frisar isso: ele não se referiu ao propósito da lei, mas àquilo que ela incitava e promovia, ou seja, a censura.

Talvez ele o tenha feito deliberadamente — basta pensarmos que ele estava em um evento onde muitos dos presentes eram comunistas e, portanto, ele não poderia nem criticar o marxismo e nem incitar algum tipo de ação contra o governo inglês alegando que este praticava algum tipo de perseguição política por puro senso prático. Mas talvez, não. Talvez ele o tenha feito porque se preocupava mais com a censura do que com o *tipo* de conteúdo que era censurado.

E essa era a realidade havia alguns anos. “No final dos anos 20 jovens escritores [ingleses] preocupavam-se mais com censura do que com política. (...) A censura, mais do que qualquer outra coisa, criou no espírito de jovens escritores uma imagem de que seu país era algo de que se devia manter a distância” (SPENDER, 1988, p. x.), como escreveu Stephen Spender (1909-

1995) na introdução de seu livro *The Temple*, que trata justamente do período em que ele e seus amigos, o escritor Christopher Isherwood (1904-1986) e o poeta W.H.Auden (1907-1973), descontentes com a conjuntura interna, partiram para um exílio voluntário na capital alemã entre 1929 e 1933.

Como muitos dessa geração de escritores que apareceram naqueles anos, ele não conseguia compreender o porquê de um país democrático e livre como a Inglaterra lançar mão desse tipo de expediente num momento em que ela, com suas instituições, devia servir como exemplo. E No caso inglês, esse controle se estendeu até meados da década de 1960, quando, como frisou Judt, “o emaranhado de convenções sociais começou a se desfazer.” Embora a censura não tenha sido abolida, com a *Lei sobre Publicações Obscenas*, aprovada em 1959, os autores puderam se defender nos tribunais alegando o valor de seu trabalho, e assim, serem absolvidos. O caso mais célebre ocorreu no ano seguinte, quando houve uma sessão para tratar do caso do romance *O Amante de Lady Chatterly*, de D.H.Lawrence, no qual E.M.Forster participou como testemunha de defesa (FURBANK, 2010, p.311-312), quando a Editora Penguin foi absolvida da acusação de obscenidade. Essa absolvição marcou o início do declínio da autoridade moral do *establishment* britânico, que era o que sustentava a censura havia décadas (JUDT, 2008, p.382-383).

Diferente da Alemanha durante o período nazista, em que as artes, assim como qualquer setor da sociedade, estava submetido a um órgão controlador por parte do Estado, na Inglaterra, a censura acabou se verificando como um mecanismo de controle moral e social e não propriamente político, e por isso foi mantida por tanto tempo. O tom dos tipos de restrições impostas aparece resumido num manual preparado pela B.B.C., em 1948, para uso interno. A responsabilidade moral que a B.B.C. apregoou para si é visível: “A influência que [a B.B.C.] pode exercer aos ouvintes é imensa, e a responsabilidade por altos padrões e bom gosto é igualmente grande.” Por isso mesmo, piadas sobre religião eram proibidas; qualquer comentário com teor sexual, de qualquer natureza, eram proscritas; não se podia fazer referências a banheiros e tampouco fazer alusão com duplo sentido a roupas íntimas femininas; integrantes do Parlamento não podiam participar de programas de

rádio que pudessem ser “indignos ou impróprios” para figuras públicas (JUDT, 2008, p.240-241).

De muitas maneiras, essas restrições que aparecem nesse manual têm muita a ver com o comportamento que o Estado esperava de seus cidadãos não só naquele momento, mas também antes, afinal, a B.B.C. desde a sua criação, em 1927, não buscou outra coisa senão isso: manter esses padrões em vista da onda conservadora que pairava sob o país naquele momento.

Como escreveu Taylor, até agosto de 1914, qualquer inglês sensato e que respeitasse as leis, poderia passar a vida sem ser notado pelo Estado. Poderia viver onde quisesse e como bem entendesse. Não tinha número oficial e nem documento de identidade. Podia viajar para o exterior ou abandonar para sempre seu país sem passaporte ou sem qualquer permissão oficial. Sem restrições e sem limites podia trocar seu dinheiro por qualquer outra moeda. Podia comprar bens de qualquer país em condições iguais as nacionais. E pelo mesmo mecanismo, um estrangeiro poderia passar a vida na Inglaterra sem informar a polícia. Diferente de outros países do Continente, não havia serviço militar obrigatório, e assim, um inglês poderia optar por alistar-se no exército, na marinha ou nos corpos ultramarinos regulares. Em outras palavras: o Estado só intervinha, como passou a ocorrer a partir de 1905, depois que os Liberais chegaram ao poder, para prestar auxílio a alguns setores da sociedade. O Estado intervia e atuava, por assim dizer, em situações muito específicas: para evitar que o cidadão consumisse alimentos adulterados; impunha regras de seguranças para as fábricas; garantia a educação dos meninos até os 13 anos; a partir de 1909 passou a conceder uma pensão, ainda que magra, a pessoas com mais de 70 anos. No entanto, com a guerra tudo isso mudou. Com ela, ordens vindas de cima começaram a modelar suas vidas — o Estado passou a exigir que servissem a ele e não mais apenas aos interesses pessoais. Cinco milhões de homens se alistaram nas forças armadas, muitos tendo sido obrigados a fazê-los. O racionamento de alimentos foi implantado e as liberdades de movimento foram restringidas. Indústrias foram fechadas. As notícias eram censuradas. As luzes nas ruas foram atenuadas. Aos poucos o Estado passou a exercer um controle sobre seus

cidadãos que, embora suavizados no período subsequente após o fim do conflito, nunca desapareceu, e durante a Segunda Guerra acabou aumentando (TAYLOR, 1989, 17-18).

Ao longo da década de 1920, embora as formas de controle da época da guerra já não existissem, outras surgiram. Quando, em fins de 1924, o Primeiro-Ministro Stanley Baldwin nomeou Sir William Joynson-Hicks (1865-1932), conhecido como Jix, Visconde de Brentford, Ministro do Interior [*Home Office*], uma nova onda de restrições teve início. Sua nomeação foi amplamente saudada pelas forças de reação ao espírito progressista dos anos 20, afinal, como frisou Ronald Blythe, o próprio *Home Office* parecia ter sido criado para Jix. “Mas o que você vai fazer lá?” alguém perguntou a ele. Jix hesitou por um momento e então teria respondido: “Serei o governante da Inglaterra,” disse ele. E, de alguma maneira, ele o foi durante os anos 20. O *Home Office*, acabou desempenhando um controle incomum e exercendo pressão sobre diversos setores da sociedade inglesa durante sua permanência no cargo, que se estendeu até 1929. E o fez sem que houvesse a necessidade de buscar uma nova legislação para a repressão ou suprimir livros ruins e modernos, ou até mesmo invadir galerias de artes, ou salvar a Igreja da Inglaterra de seus Bispos e combater todos os tipos de comportamentos sexuais considerados indignos (2001, p. 21-31), porque a própria sociedade inglesa ainda se via enlaçada pela força da moral e dos valores chamados vitorianos, e pela ideia de que o Estado devia agir em favor da manutenção desses padrões, coibindo tudo aquilo que pudesse ameaça-los. Nesse sentido, Lord Brentford foi, por assim dizer, a encarnação desses valores e uma reação deles ao mundo do pós-guerra.

Depois de lidar com os estrangeiros, e de ter iniciado uma campanha contra sua permanência ou entrada na Inglaterra, o que chocou um país que tinha orgulho de sua hospitalidade (2001, p.32), Jix se voltou para um assunto que lhe preocupava extensamente: o sexo. E recorreu, obviamente, aos meios de que dispunha: uso da força. Não é a toa que uma “amizade” entre o *Home Office* e a Scotland Yard acabou florescendo nesse período.

E não foi só a prática homossexual que foi particularmente perseguida por Jix, mas a simples abordagem dela em um romance, como foi o caso de *Boy* [Rapaz], de James Hanley, e *The Well of Loneliness* [O poço de solidão] de Radcliffe Hall, censurados. Na verdade, Jix fez mais do que isso: ele deu carta branca à polícia para conter “o dilúvio de imundice” que assolava a Inglaterra (200a, p.38).

Essa sua reação não pode ser compreendida, ou mesmo o temor de E.M.Forster de publicar *Maurice*, sem que se olhe para a sociedade inglesa e os valores que a permeavam. Jix apenas seguia os instintos de uma sociedade avessa e inflexível à homossexualidade havia muito. “Acho que um homem que gosta disso deveria se suicidar”, disse o rei Jorge V, quando ficou sabendo do que se tratava (2001, p.37). Desde a Lei Criminal de 1885, atos “de indecência grosseiras” entre homens se tornaram passíveis de punição com 2 anos de trabalho forçado — foi sob o efeito dessa lei que Oscar Wilde foi condenado e preso em 1895 (PUGH, 2012, p.300). A homossexualidade masculina era reprovada socialmente por ser vista como uma transgressão da própria masculinidade. A crença em uma natureza e em atitudes completamente diferentes tanto para homens como para mulheres, marcou profundamente a sociedade inglesa. Ao homem e a mulher cabiam comportamentos completamente distintos e que deviam estar de acordo com as características atribuídas a cada um: ao homem a energia e a força e a mulher a fragilidade e a sensibilidade. Por esse motivo um homem não podia se expressar ou exteriorizar seus sentimentos ou debilidades e a mulher não podia fugir de seu papel no lar (CANALES, 2008, p.185-187). Nesse sentido, a homossexualidade simplesmente não poderia ser aceita porque o sexo, nessa lógica, está ligado à procriação e não ao prazer — tanto que à época não se reconhecia a sexualidade da mulher desligada da procriação (2008, p.187). O ideal de pureza feminina levava a isso.

Assim, tanto homossexuais como a literatura e as artes se viram na mira de LordBrendford. “Não sou um censor literário”, declarou ele. “Não tenho qualificações para isso. Mas é meu dever fazer com que a lei seja cumprida, e quando a lei diz que obscenidades e indecências não são permitidas... é meu



10.4025/6cih.pphuem.248

dever cumprir com a lei” (2001, p.39). “Não é um fanático”, como escreveu E.M.Forster, tecendo uma crítica não só a ele, mas também ao sistema que o permitia fazer o que estava fazendo:

Ele nos assegura que não importaria opiniões que não fossem compartilhadas [também] pelo eleitorado. E isto esta de acordo com a democracia. E a democracia optou por um tipo de censura, seja de ação, de linguagem, no teatro, no cinema, na literatura ou na arte, seja antes ou depois do fato, até que ‘as pessoas aprendam, não só a omitir senão a detestar todas as formas de indecências... [e então] não será necessária nenhuma forma de censura.’ O panfleto [escrito por LordBrentford] acaba com essa nota confusa e característica. É trabalho de um competente homem de negócios, que tem profundas convicções morais e que não é frívolo com a lógica, e que crê que seus atos são corretos e os defende incessantemente contra calúnias dos críticos (FORSTER, 1999, p.113).

E nessa conjuntura, o que chama a atenção, embora isso não seja particularmente estranho, é o fato de ele, LordBrentford, ser apoiado por alguns setores da Imprensa, como foi quando do caso do livro de Radclyffe Hall, *The Well of Loneliness*, publicado em julho de 1928 pela Jonathan Cape. O editor, numa tentativa fracassada, publicou no dia seguinte em que o *Sunday Express* lançara sua crítica, um artigo no *Daily Express* defendendo o livro ao mesmo tempo em que se comprometia em enviar as cópias para o *PublicProsecutore Home Office* e tirá-lo de circulação caso fosse encontrada alguma objeção a ele. E assim aconteceu: LordBrentford o censurou e o livro foi tirado de circulação. Com isso, “Forster, que mantinha seu romance ‘impublicável’ [na gaveta] [*Maurice*, o romance gay, publicado postumamente], viu isso como um desafio e respondeu energicamente” (FURBANK, 2010, p. 153). Com a ajuda de Leonard Woolf, ele preparou uma carta de protesto e persuadiu vários amigos e conhecidos, como LyttonStrachey e Arnold Bennett, a assinarem. Apesar da iniciativa solidária, a autora acabou dificultando as coisas. Ela não estava preocupada com o fato de o livro ser censurado, queria aproveitar a situação para ver seu livro sendo aclamado como uma obra-prima. Certamente



10.4025/6cih.pphuem.248

ele não esperava por isso. Mas tendo começado, ele teve que continuar. E no fim publicou um artigo anônimo no *NationandAthenaeum* em 1º de setembro intitulado *The New Censorship* [A Nova Censura], condenando a supressão e dizendo “que muitos ataques [como esse] podem ser vir a acontecer a menos que um protesto efetivo seja realizado agora” (FORSTER apud FURBANK 2010, p. 154). E esse artigo foi seguido de um outro assinado por ele e Virginia Woolf, em que ele dizia:

O assunto abordado no romance [a homossexualidade] existe como um entre muitos fatos da vida. Ele é reconhecido pela ciência e pela história. Ele comporta, é claro, uma pequena parte da soma total das emoções humanas, fazendo parte da vida de poucos, e isso tem sido ignorado e repelido pela maioria; no entanto, isso existe, e os escritores na Inglaterra têm sido proibidos de fazer menções a isso por Sir W. Joynson-Hicks. Talvez se possa mencionar isso acidentalmente? Embora seja proibido como tema principal, pode-se fazer alusão ou atribuir isso a personagens secundários? Talvez o Ministério do Interior venha a emitir novas diretrizes com relação a esse assunto. E é apenas [contra] esse tabu ou haverão outros? Que outros assuntos conhecidos podem ser mais ou menos impopulares no Whitehall, controle de natalidade, suicídio, pacifismo? Podemos mencioná-los? Esperamos por novas instruções (FORSTER apud FURBANK 2010, p. 154).

E através do Conselho Nacional de Liberdades Civis (National Council for Civil Liberties, N. C.C.L., a siga em inglês), do qual ele era presidente, fez uma campanha para alterar a situação (FURBANK, 2010, p.191-192). Como presidente dessa organização, ele teve a chance de fazer aquilo que vinha fazendo desde o começo da década de 1920: se dedicar e discutir assuntos relacionados à manutenção das liberdades civis.

E ele o fez até a derrota do nazismo, em 1945. Dali em diante, até pela mudança na conjuntura externa, com a reconstrução da Europa e o início da Guerra Fria, ele se viu forçado a discutir outros assuntos.

Conclusões

De todos os distúrbios sociais e políticos que emergiram no pós-guerra, a censura era, com certeza, a que mais lhe inquietava. E ela o preocupava não só porque James Joyce ou D.H.Lawrence haviam sido tirados de circulação na Inglaterra, o que parecia preocupante para ele era o fato de ser um governo democrático fazer isso.

No entanto, é preciso olhar para a conjuntura externa. O isolamento que a Inglaterra e a França experimentaram no final da década de 1920, quando uma série de regimes autoritários se espalharam pela Europa, lhe parecia inquietante. Nesse sentido, “o dilema enfrentado por seu país, como parecia a ele, era de que, para derrotar o totalitarismo, eles [também] teriam de se tornar totalitários” (2010, p.230), como observou um de seus biógrafos, P.N.Furbank. Nesse cenário, a censura acabou se mostrando como um dos mecanismos para conter, por exemplo, o avanço do Partido Fascista Britânico, de Sir Oswald Mosley, que depois de um tempo foi proibido de realizar reuniões e o próprio Mosley, preso, quando Churchill se tornou Primeiro-Ministro, em 1940. A questão é que a censura não se limitou apenas a ser um instrumento para conter o avanço de forças políticas indesejáveis, mas também um mecanismo de controle moral e social. E como a relação entre a liberdade e a produção literária lhe parecia sagrada, qualquer interferência nisso seria o mesmo que profanar um templo religioso. Sua atuação na imprensa durante o período entre-guerras, e em especial seus esforços junto ao Conselho para as Liberdades Civis e seu discurso em Paris, evidenciam isso.

“Personagens não podem vir à vida, lutar ou guiar o mundo” (FORSTER, 1987, p.150-151), como escreveu, em 1943, em seu *Commonplace Book*. Como a literatura não lhe parecia o mecanismo e nem o veículo mais adequado para enfrentar a conjuntura que se apresentava diante dele, ele não hesitou em usar outros instrumentos a que tinha acesso — a imprensa e o rádio. E assim o fez com o intuito discutir as ameaças que cercavam as liberdades individuais, que ele sempre defendeu, em um mundo conturbado e complexo.



10.4025/6cih.pphuem.248

Bibliografia

- BLYTHE, Ronald. **The Age of Illusion**. London: Phoenix Press, 2001.
- FURBANK, P.N. **E.M.Forster: a life**. New York: A Harvest Book & Harcourt Brace & Company, 2010.
- FURBANK, P.N.; LAGO, Mary. (ed.) **Selected Letters of E.M.Forster: volume one: 1879-1920**. Cambridge: Belknap Press and Harvard University, 1983.
- FORSTER, Edward Morgan. **Abinger Harvest**. London: Edward Arnold, 1946.
- FORSTER, Edward Morgan. **Two Cheers for Democracy**. New York: A Harvest Book & Harcourt Brace & Company, 1951
- FORSTER, Edward Morgan. **El libro del Principe**. Barcelona: Seix Barral, 1999.
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: Uma história da Europa após 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- LUKACS, John. **O Duelo Churchill x Hitler: 80 dias cruciais da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- MOFFAT, Wendy. **E.M.Forster – A New Life**. London: Bloomsbury, 2010.
- STONE, Wilfred. **The Cave and the Mountain: a study of E.M.Forster**. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- TAYLOR, A.J.P. **Historia de Inglaterra: 1914-1945**. Ciudad do Mexico: Fondo de CulturaEconómica, 1989.
- THOMSON, David. **World History 1914-1961**. Oxford: University Oxford Press.
- PUGH, Martin. **State and Society**. London: Bloomsbury, 2012.
- SPENDER, Stephen. **The Temple**. London: Faber and Faber, 1988.
- WOOLF, Virginia. **Diários: 1927-1941**. Lisboa: Bertrand, 1987.